

//

  
**UFRGS**  
EDITORA

# O BRASIL EM CONSTRUÇÃO

TEORIA, HISTÓRIA E  
ECONOMIA NA OBRA DE  
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

IVAN COLANGELO SALOMÃO  
ORGANIZADOR

// **CEGOV** TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA //

# **O BRASIL EM CONSTRUÇÃO**

**TEORIA, HISTÓRIA E  
ECONOMIA NA OBRA DE  
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

---

Reitor

**Rui Vicente Oppermann**

Vice-Reitora e Pró-Reitora  
de Coordenação Acadêmica

**Jane Fraga Tutikian**

---

EDITORA DA UFRGS

Diretor

**Alex Niche Teixeira**

Conselho Editorial

**Álvaro R. C. Merlo**

**Augusto Jaeger Junior**

**Enio Passiani**

**José Rivair Macedo**

**Lia Levy**

**Márcia Ivana de Lima e Silva**

**Naira Maria Balzaretti**

**Paulo César Ribeiro Gomes**

**Rafael Brunhara**

**Tania D. M. Salgado**

**Alex Niche Teixeira, presidente**

## **Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)**

**Diretor**

Marco Cepik

**Vice Diretor**

Ricardo Augusto Cassel

### **Conselho Científico CEGOV**

Cássio da Silva Calvete, Diogo Joel De-  
marco, Fabiano Engelmann, Hélio Henkin,  
Leandro Valiati, Lúcia Mury Scalco, Luis  
Gustavo Mello Grohmann, Marcelo Soares  
Pimenta, Marília Patta Ramos, Vanessa  
Marx

### **Coordenação Coleção Editorial CEGOV**

Cláudio José Muller, Gentil Corazza,  
Marco Cepik

// **CEGOV** TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA //

# O BRASIL EM CONSTRUÇÃO

TEORIA, HISTÓRIA E  
ECONOMIA NA OBRA DE  
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

IVAN COLANGELO SALOMÃO  
ORGANIZADOR

**UFRGS**  
EDITORA

**CEGOV**  
CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS  
SOBRE GOVERNO

© dos autores  
1ª edição: 2017

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Coleção CEGOV**  
**Transformando a Administração Pública**

Revisão: Letícia Rodrigues

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos  
Bischoff, Henrique Pigozzo da Silva

Capa: Marcel Oliveira de Souza

Diagramação: Marcel Oliveira de Souza

Impressão: Gráfica UFRGS

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Transformando a Administração Pública são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.

---

B823 O Brasil em construção: teoria, história e economia na obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca [recurso eletrônico] / organizador Ivan Colangelo Salomão. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.

310 p. : pdf

(CEGOV Transformando a Administração Pública)

Inclui figuras, gráficos, quadros e tabelas.

Inclui anexo e referências.

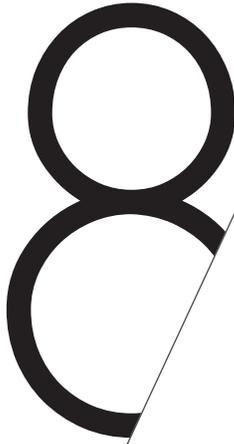
1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Política econômica. 4. História econômica. 5. Teoria econômica. 6. Desenvolvimentismo. 7. Macroeconomia. 8. Pedro Cezar Dutra Fonseca – Obra - Homenagem. I. Salomão, Ivan Colangelo. II. Série.

CDU 330.34

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0486-0



# CLÁSSICOS, NEOCLÁSSICOS, KEYNESIANOS E A EVOLUÇÃO DA MACROECONOMIA MODERNA

HÉLIO AFONSO DE AGUILAR FILHO

*Bacharel (2000) em economia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre (2004) em economia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.*

HERMÓGENES SAVIANI FILHO

*Bacharel (1994) em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Bacharel (1996) em história pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre (2000) e doutor (2008) em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.*

## 1. INTRODUÇÃO

Contar a história de uma área do conhecimento se constitui em um exercício de síntese, na medida em que exige agrupar autores, demarcando-os a partir de conjuntos chamados “escolas” ou “correntes de pensamento”. Esse recurso permite entender traços recorrentes e depurar o não essencial, pelo menos a princípio, já que a fluidez da história e seus contornos são por vezes paradoxais e, dependendo de novos cortes propostos, alguns elementos antes dispensados podem reaparecer de outra forma.

Dos critérios possíveis de classificar as ideias econômicas, é importante destacar aqueles cujas consequências se estendem não somente sobre a leitura do passado, mas sobre o modo atual de tratar as diferentes contribuições. Nesse sentido, Fonseca (1981 e 1996) deu importante contribuição à compreensão dessas ideias ao buscar sistematizar as distintas perspectivas sobre a economia clássica. A primeira é a de Keynes, que contrapõe os clássicos, adeptos da Lei de Say, aos teóricos da Demanda Efetiva; a segunda é o critério sugerido por Joan Robinson, que separa clássicos de neoclássicos.

Este artigo se constitui em um desdobramento da análise de Fonseca (1981 e 1996) ao procurar sistematizar as principais contribuições à história da macroeconomia. De modo mais específico, procura, à luz das categorizações de Keynes e de Joan Robinson, Fonseca busca nesses dois artigos elucidar contribuições, influências e percursos, permitindo apreciar de forma mais clara o desenrolar dessa área do conhecimento econômico. Isso se justifica porque as classificações operadas ao mesmo tempo por essas distintas perspectivas geram indefinições na análise a respeito dos aspectos coincidentes e contraditórios das diversas teorias macroeconômicas.

As seções deste artigo estão divididas da seguinte forma. Além dessa introdução, consta uma segunda seção subdividida em duas subseções, onde se aborda, respectivamente, as definições de economia clássica de Keynes e de Joan Robinson. Em seguida, apresentam-se na terceira seção as contribuições das principais correntes macroeconômicas à luz dessas definições. E, por fim, a conclusão.

## 2. CLÁSSICOS, NEOCLÁSSICOS E KEYNESIANOS NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

A ideia do presente artigo nasceu a partir da leitura e discussão em sala de aula do texto do professor Pedro Fonseca, “Clássicos, neoclássicos e keynesianos: uma tentativa de sistematização”, publicado em 1981 na revista *Perspectiva econômica*, da Unisinos. Em 1996, uma versão modificada desse artigo, intitulada “Evolução da ciência econômica”, foi publicada no livro *Introdução à Economia*, editado por Nali de Souza Jesus.

Fonseca escreveu seu artigo quando ministrava as disciplinas de História do Pensamento Econômico e Macroeconomia, ao constatar que um autor era clássico numa perspectiva e não o era na outra. A partir desse antagonismo, ele começou a elaborar uma forma de entender os pontos coincidentes e os aspectos contraditórios a respeito das distintas escolas de pensamento. O que era mera sintetização para facilitar a explicação e ensino aos seus alunos, acabou recebendo um destaque que surpreendeu o autor. O motivo foi a mudança curricular que começou a ser implantada, após o fim da ditadura civil-militar, pela Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE), em fins dos anos 1980. A resenha acabou servindo de base para a divisão das correntes econômicas e terminou como bibliografia de concursos públicos.

É interessante ressaltar que apesar de Pedro Fonseca ser reconhecido nacional e internacionalmente como um pesquisador com ênfase em economia brasileira, os seus textos mais populares são estes em questão, que versam sobre metodologia; “Keynes: o liberalismo econômico como mito”, publicado na revista *Economia e Sociedade*, em 2010; e um escrito não publicado, mas que tem uma quantidade grande de acesso na rede, denominado “Algumas considerações sobre como fazer uma resenha”.

O destaque de Fonseca é importante porque levanta a necessidade de se ter em conta as diferentes formas de classificação e raciocínio econômico, a fim de tratar com as ambiguidades próprias do ofício do historiador das ideias. No caso mais específico da macroeconomia moderna, o problema ocorre porque algumas correntes recebem dupla denominação – o caso mais comum é o dos keynesianos neoclássicos. Para entender esse problema, é necessário abordar primeiro a controvérsia inicial, ou seja, a discussão sobre a Escola Clássica de Economia de acordo com a sistematização proposta por Fonseca (1981 e 1996). Isso será feito na próxima seção. A última seção trata das classificações na macroeconomia e dos problemas suscitados anteriormente.

## 2.1 A ESCOLA CLÁSSICA SEGUNDO A VISÃO DE JOAN ROBINSON (CONVENCIONAL)

A definição de Joan Robinson sobre o que significa economia clássica sintetiza a perspectiva mais frequentemente usada para tratar dessa Escola. Para a autora, clássicos são aqueles que estudam as leis da distribuição do produto social pressupondo a existência de classes sociais. Esse produto se divide em duas partes: uma apropriada por aqueles que, por seu trabalho, o produziram; outra, o excedente econômico, apropriada pelos não diretamente envolvidos na produção.

O excedente econômico é uma categoria definida historicamente, no sentido de ser expressão do tipo de sociedade no qual é produzido. Assim, para explicar

a sua forma em sociedades cuja produção se realiza, por exemplo, em mercados, os clássicos perceberam ser necessário ter em conta uma teoria que explique por que o valor da produção difere do valor de troca. Nesse sentido, apresentaram a teoria do valor trabalho, na qual o valor do produto seria determinado pelos custos de produção, medidos em termos de tempo de trabalho.

À economia clássica, Robinson contrapõe a economia neoclássica desde as contribuições marginalistas. O pensamento marginalista teria surgido aproveitando o novo clima político e ideológico dos fins do século XIX, bem como o fracasso dos clássicos em explicar uma série de problemas puramente teóricos. Com os marginalistas inaugura-se uma nova abordagem para o valor, com a ênfase passando dos custos de produção para as condições de demanda e, portanto, sobre a troca e satisfação individual de necessidades. De acordo com o próprio Menger (1983, p. 305), o decisivo para se determinar o valor, “é a importância maior ou menor das(s) necessidades(s) para cujo atendimento temos consciência de depender de um bem”<sup>1</sup>. Para a produção passou-se a falar não mais em classes sociais, mas em fatores de produção, com a implicação de que cada fator é remunerado por sua produtividade na margem.

Doravante, foram de Marshall (1842-1924) e Walras (1834-1910) os maiores esforços para deslocar a economia clássica e consolidar as contribuições ainda fragmentadas do que seria a teoria neoclássica. Em seus *Princípios de economia*, Marshall foi um “sintetizador..., combinando a utilidade marginal com a teoria do valor dos custos de produção” (ROBBINS, 1998, p. 323). Dessa síntese surgiu a análise do equilíbrio de oferta e procura num estado estacionário. Ademais, resultou dela também a descaracterização do pensamento e da teoria do valor trabalho e da distribuição de Ricardo, ocupando seu lugar:

[...] uma teoria da alocação de recursos escassos a usos específicos, sob o duplo incentivo da maximização da utilidade, para o consumidor e da maximização dos lucros, para o produtor, empregando conceitos, critérios e técnicas de análise que podiam ser aplicados, de forma análoga, a todo o sistema econômico (DEANE, 1980, p. 145).

Além das contribuições diretas, Marshall deixou sugestões ou indicações sutis de progresso ulterior. Como atesta Schumpeter (1970, p. 107), “A literatura econômica nos trinta anos decorridos desde 1890, abunda com o desenvolvimento,

---

(1) Ainda segundo Menger (1983, p. 305), “nem a quantidade de trabalho ou de outros bens necessários para a produção, ou para a reprodução de um bem, constitui o fator decisivo para se determinar o valor dos mesmos”. Jevons (1883, p. 28), outro expoente do marginalismo, também assinala que basta seguir “as leis naturais da variação da utilidade, enquanto dependendo da quantidade de mercadoria em nosso poder, para que cheguemos a uma teoria de troca satisfatória, das quais as leis comuns de oferta e demanda são uma consequência necessária”.

as reformulações e os corolários de proposições e aspectos da técnica marshalliana”. Um exemplo disso é a extensão da análise econômica a outras situações que não a de concorrência perfeita, como as de monopólio e concorrência monopolista.

Outro cuja obra foi fundamental para a edificação do pensamento neoclássico é Leon Walras. Na sua teoria econômica, o autor concebe uma economia completa baseada em mercados e agentes individuais. O ponto central desse arranjo é a concepção segunda a qual, em condições de concorrência perfeita, com métodos de produção conhecidos e com agentes racionais manifestando suas preferências através dos sinais dos preços (escassez), é possível determinar o equilíbrio simultâneo de preços e quantidades transacionadas em todos os mercados (ROBINSON; EATWELL, 1978). Embora as ideias de Marshall tenham sido o principal veículo do ensino universitário da economia neoclássica até a grande depressão, os conceitos herdados de Walras foram os principais responsáveis pelo renascimento dessa escola no Pós-Segunda Guerra. Isso aconteceu na medida em que houve esforços no sentido de enquadrar as contribuições de Keynes e dos neoclássicos partindo de um modelo de equilíbrio geral.

Mas existe uma definição capaz de dar sentido e unidade às contribuições da “primeira síntese neoclássica”? Segundo Robinson e Eatwell (1978), a economia neoclássica pode ser definida como o estudo das trocas de bens e serviços sob a diferença de preços relativos, formados com base nas preferências subjetivas de produtores e consumidores.

Quadro 1 – Clássicos e marginalistas na perspectiva convencional

VALOR DO PRODUTO DETERMINADO PELA:	VISÃO CONVENCIONAL: PERSPECTIVA MICRO
Oferta	Clássicos
Demanda	Marginalistas
Oferta e Demanda	Primeira Síntese Neoclássica

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Robinson e Eatwell (1978) e Fonseca (1981).

O Quadro 1 é uma súpula da discussão desenvolvida até então. Nele, clássicos e marginalistas são classificados pela tentativa de determinação do valor na perspectiva micro. Enquanto os primeiros enfatizam o trabalho e os custos de produção, os marginalistas sustentam a demanda como força principal na determinação do valor, inclusive dos bens de capital. Já os neoclássicos atingem maior nível de generalidade na explicação da determinação do valor<sup>2</sup>. Conforme ilustrado

(2) Marshall inverte a relação ao passar a medir as preferências de acordo com a escala financeira de pagamentos; pagar duas vezes por um bem em relação a outro implica que esse bem possui duas vezes a utilidade do outro.

pelas famosas tesouras marshallianas<sup>3</sup>, consideram não apenas os aspectos subjetivos do lado da demanda ou os custos de produção do lado da oferta, mas a interação entre a demanda e a oferta.

## 2.2 A ESCOLA CLÁSSICA SEGUNDO KEYNES

Diferentemente de Robison, Keynes não contrapõe a Escola Clássica aos marginalistas e neoclássicos, mas aos teóricos da Demanda Efetiva. A sua definição da economia clássica inclui autores que na perspectiva convencional seriam neoclássicos. Segundo palavras do próprio Keynes (1985, p. 15): “acostumei-me, talvez perpetrando um solecismo, ao incluir na ‘escola clássica’ os seguidores de Ricardo, ou seja, os que adotaram e aperfeiçoaram sua teoria, compreendendo (por exemplo) J. S. Mill e o Prof. Pigou”.

Clássicos para Keynes são aqueles autores adeptos da Lei de Say. Esse postulado, defendido pelo economista francês Jean-Baptiste Say e difundido por John Stuart Mill, sugere que toda a oferta gera sua própria demanda, sendo impossíveis crises de superprodução. A ocorrência de desemprego de fatores só é concebível pela recusa dos trabalhadores em aceitarem emprego ao nível do salário que remunera sua produtividade na margem, o chamado “desemprego voluntário”. Em geral, os seguidores de Say confiam plenamente nos mecanismos concorrenciais para alcançar situações ótimas, defendendo os princípios do *laissez-faire*. Em resumo, o principal aspecto que une os clássicos na perspectiva keynesiana é o da impossibilidade de crises de Demanda Efetiva no sistema capitalista.

Keynes apresenta em oposição aos clássicos os teóricos da Demanda Efetiva. Estes, de acordo com Fonseca (1981, p. 51-52), procuraram mostrar que:

No sistema econômico que teve lugar após a Revolução Industrial, há permanente defasagem entre a acumulação de capital, que se dá em altas taxas, e a capacidade de formar Demanda Efetiva suficiente para que todos os recursos, homens e máquinas sejam plenamente empregados.

Na Teoria Geral, são apresentados diversos aspectos fundamentais à compreensão das economias capitalistas. Os principais incluem: a análise dos investimentos como determinantes da renda e da poupança; as contribuições à teoria monetária, ligando o lado monetário da economia com o lado real; e a ideia de que a renda cresce

---

(3) Em passagem exaustivamente reproduzida de sua obra, Marshall (1920, p. 348) afirma: “O custo de produção e o grau final de utilidade, sem dúvida, são partes que compõem a oferta e a procura; cada um pode ser comparado com um par de lâminas de uma tesoura. Quando um lado da tesoura está parado e o corte é feito movendo o outro, podemos afirmar com cautela que o corte é feito pelo segundo. Mas a declaração não pode ser sustentada cientificamente, nem defendida deliberadamente”.

proporcionalmente mais que o consumo, gerando crises de demanda e instabilidade econômica. Os precursores das ideias de Keynes foram Sismondi, Malthus e Hobson, todos ressaltando as deficiências da Demanda Efetiva como causa das crises capitalistas. Antecedendo ainda tais autores, os fundamentos das ideias keynesianas podem ser encontrados na doutrina mercantilista. A concepção desses sobre a necessidade de se manter uma balança comercial favorável mostra como o excesso de exportações sobre as importações permite pressionar para baixo a taxa de juros, incentivando os investimentos e a manutenção do nível de renda internamente.

Quadro 2 – Clássicos e teóricos da Demanda Efetiva na perspectiva de Keynes

VALOR DO PRODUTO DETERMINADO PELA:	J. M. KEYNES: PERSPECTIVA MACRO
Oferta	Clássicos
Demanda	Teóricos da Demanda (Efetiva)
Oferta e Demanda	Segunda Síntese Neoclássica

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Robinson e Eatwell (1978) e Fonseca (1981).

O Quadro 2 resume a preocupação fundamental de Keynes: diferenciar os clássicos, partidários da noção de tendência ao pleno emprego, dos teóricos da instabilidade, ou defensores da Demanda Efetiva. Enquanto para os primeiros, o nível de produto agregado seria determinado pela oferta, para os últimos seria a demanda a variável principal. A “segunda síntese neoclássica”, como será visto, busca integrar os principais blocos de construção da Teoria Geral com os postulados de comportamento racional e maximização dos agentes econômicos. Para os autores da “Síntese”, o pleno emprego deixa de ocorrer sob o *laissez-faire*, passando a depender, no curto prazo<sup>4</sup>, do uso adequado da política monetária e fiscal. No longo prazo, restabelece-se a primazia da oferta. Portanto, tanto a Demanda Keynesiana quanto a Oferta Agregada dos clássicos passam, cada qual em certo período de tempo, a ter importância na determinação do nível de renda.

### 3. A EVOLUÇÃO DA MACROECONOMIA MODERNA ENTRE SÍNTESES

O problema decorrente de se usar conceitos fundamentais em diferentes acepções é que isso pode gerar confusão, impedindo de se organizar e dar ade-

(4) Marshall concebeu a existência de distintos tempos da produção, a saber, o presente imediato, o curto prazo e o longo prazo. O que distingue o longo prazo é que o custo de produção assumiria uma proeminência maior na determinação do valor, dado que durante esse período seria possível ajustar completamente a estrutura produtiva das empresas. A “síntese neoclássica” da década de 1950 aplica esses conceitos para entender a determinação do produto em nível agregado. Assim, haveria espaço para políticas de promoção da demanda apenas no curto prazo, já que no longo prazo o produto seria determinado pela oferta.

quando sentido às disputas teóricas (BEAUD; DOSTALER, 1995; FONSECA, 1981, 1996). Na macroeconomia moderna, a confusão maior ocorre porque as correntes são apresentadas sob mais de uma perspectiva: algumas são keynesianas e neoclássicas, outras clássicas e neoclássicas e há ainda as que são keynesianas e clássicas.

A Teoria Geral de Keynes é o próprio advento que funda a macroeconomia moderna. Com essa obra, não somente as situações pouco comuns de equilíbrio com pleno emprego dos clássicos, mas as diversas situações de equilíbrio com desemprego passam a ser objeto de investigação. De acordo com a caracterização de Joan Robinson, as escolas econômicas se dividem em clássicas e neoclássicas. Partindo dessa perspectiva, não há nada que permita afirmar que Keynes seja um clássico; quanto a ser neoclássico, vale lembrar que o escopo fundamental dessa corrente é buscar explicações que relacionem a determinação de preços à tomada ótima de decisões por parte dos indivíduos e das empresas. Nesse sentido, o próprio Keynes não cansou de reconhecer em muitas passagens sua relação para com o pensamento herdado, sendo que a contribuição da Teoria Geral teria sido “menos em revelar os defeitos lógicos de sua análise [neoclássica] do que em assinalar o fato de que as suas hipóteses tácitas nunca ou quase nunca são satisfeitas” (KEYNES, 1996, p. 345). Na mesma página reconhece também que se pressuposto o nível de produto, não tinha nada a opor “à maneira como o interesse pessoal determinará o que se produz especificamente, em que proporção se associarão os fatores para tal fim e como se distribuirá entre eles o valor da produção obtida”. Sob esse ponto de vista, apesar dessa aceitação, pode-se considerar que, para Keynes, os fenômenos micro não exercem influência sobre a determinação do produto em termos agregados.

Nas décadas de 1940 e 1950 houve um consenso macroeconômico englobando a produção de importantes economistas como Hicks, Modigliani, Solow e Tobin (aqui chamados “velhos keynesianos”). Esse consenso foi obtido ao se compatibilizar o núcleo válido das ideias keynesianas sobre a determinação do rendimento agregado com os princípios microeconômicos neoclássicos (DE VROEY; DUARTE, 2013). No prefácio do seu livro Samuelson (1955, p. VI) adverte: “Repetidamente no livro tenho estabelecido o que chamo uma ‘grande síntese neoclássica’. Esta é uma síntese do (1) núcleo válido de determinação do rendimento moderno, com (2) os princípios econômicos clássicos”. Essa “síntese” significou também a tentativa de unir a macroeconomia dos clássicos à de Keynes. Do lado dos clássicos continua valendo a dicotomia entre o lado real e monetário, só que no longo prazo, com o produto de pleno emprego determinado pelo acúmulo de capital, trabalho e tecnologia. Do lado keynesiano, as políticas econômicas de fomento à renda têm validade quando praticadas no curto prazo, período em que há rigidez de preços e salários. Já a ambicionada clivagem entre a microeconomia neoclássica e a macroeconomia keynesiana tornou-se possível graças à associação dessa última ao equilíbrio geral walrasiano.

Assim, o domínio no longo prazo passou a ser das teorias clássicas (definição de Keynes) e neoclássicas (definição de Robinson), por apresentar os atributos de flexibilidade de preços e salários e equilíbrio do mercado. O próprio modelo IS/LM<sup>5</sup> foi concebido para sintetizar os resultados econômicos keynesianos de curto prazo com o arcabouço walrasiano.

Nas décadas seguintes, à “segunda síntese” surge o movimento denominado “monetarismo”. Este ocorre a partir das contribuições de Milton Friedman e se dá em três fases. Primeiro com a reexposição da velha Teoria Quantitativa da Moeda, com a demanda da moeda sendo determinada não mais pelo nível de produto, mas pela demanda por parte das empresas e famílias. Na segunda, Friedman apresenta seus argumentos fazendo uso do modelo IS/LM, legado pela “segunda síntese”, por entender que isso permitiria captar o específico da posição a qual defendia em relação à dos keynesianos. A terceira fase das contribuições de Friedman dá-se no final dos anos 1960 e marca o início do declínio da “segunda síntese neoclássica”, com a crítica à curva de Phillips com expectativas estáticas. Nesse momento, o autor apresenta a noção de taxa natural, segundo a qual existe um nível de produto e uma taxa de desemprego a ele associada, determinada pela oferta de fatores de produção, tecnologia e instituições da economia. Do ponto de vista da classificação convencional, os monetaristas seriam, sem lugar à dúvida, neoclássicos, pois compartilham dos pressupostos microeconômicos dessa escola. Na perspectiva macro, os monetaristas reconhecem que o nível de produto pode ser alterado por políticas de Demanda Agregada, mas isso ocorre apenas e na medida em que há defasagem entre o valor das variáveis econômicas percebidas pelos agentes e seus valores reais. Por isso, dentro da perspectiva de Keynes, a Escola Monetarista seria mais bem classificada como clássica. O mais usual na história da análise econômica, entretanto, é ver as contribuições dessa escola classificadas de acordo com a perspectiva micro somente, ou seja, como parte da tradição neoclássica.

Os novo-clássicos surgiram em meio à crise econômica da década de 1970, a partir dos trabalhos de Robert Lucas, Thomas J. Sargent e Robert Barro<sup>6</sup>. O ponto de partida foram algumas sugestões monetaristas, apropriadas no sentido de pro-

---

(5) A curva IS mostra a relação de equilíbrio no mercado de bens; enquanto a curva LM mostra o equilíbrio no mercado monetário. A interação entre ambas e a renda é feita por intermédio da taxa de juros.

(6) A concepção de expectativas racionais, fundamental para os novo-clássicos, é atribuída ao trabalho de John Muth de 1961, para quem as expectativas dos indivíduos são racionais quando são idênticas às previsões desse modelo. Porém, no início da década de 1950, Kenneth Arrow já havia discutido em termos de formulação matemática as consequências das noções de expectativas racionais em um modelo de equilíbrio geral, num artigo de 1953 publicado na revista *Econométrie*, n. 40, denominado “*Le rôle des valeurs boursières dans l'allocation optimale des risques*”.

mover uma ruptura mais fundamental com relação às ideias da “segunda síntese neoclássica”. Por trás das suas construções, está a ideia de dotar a macroeconomia de microfundamentos. Alguns preceitos microeconômicos foram relaxados, como o de agentes racionais e informação perfeita. Em substituição, concebe-se a ideia de que os agentes tomam decisões racionais sim, mas tendo em vista a disponibilidade de informações relevantes. Para os economistas novo-clássicos, em termos agregados, vale a posição dos clássicos (segundo entendimento derivado de Keynes), ou seja, alterações no nível de renda de longo prazo ocorrem somente com alterações nos fatores reais, como tamanho da força de trabalho e estoque de capital. No curto prazo, os adeptos dessa escola aceitam os resultados empíricos que mostram alterações de produto decorrentes das políticas de Demanda Agregada expansionistas. Contudo, somente nos casos de políticas praticadas de maneira discricionária e de forma não prevista e não antecipada pelos agentes econômicos. Os economistas novos clássicos buscam estender a noção de comportamento otimizador para a dimensão macro, com isso seus praticantes podem ser definidos como neoclássicos na perspectiva convencional e clássicos na de Keynes.

A economia novo-keynesiana surge na década de 1980 e tem como principais representantes George Akerlof, Gregory Mankiw, Olivier Blanchard, Paul Krugman e Joseph Stiglitz. A principal contribuição dessa corrente foi adicionar alguns elementos na explicação do desemprego involuntário dentro da tradição keynesiana. A crítica dos novo-keynesianos vai recair, segundo Snowdon e Vane (2005), na forma como a rigidez de preços e salários é abordada pelos velhos keynesianos, dentro de um esquema walrasiano, impedindo-os de considerar a relação com as rigidezes nominais<sup>7</sup>. Alguns elementos comuns da pesquisa novo-keynesiana podem ser enumerados. Primeiro, pressupõem concorrência imperfeita para o mercado de produto. Segundo, além da rigidez do salário nominal, focam na rigidez de preços<sup>8</sup>. E, por último, abordam tanto os fatores que causam a rigidez nominal quanto os que causam a rigidez das variáveis reais ou preços relativos das empresas. Do ponto de vista micro, a corrente novo-keynesiana é defensora dos princípios de comportamento racional e ótimo econômico neoclássico. Do ponto de vista macroeconômico, em virtude de atribuírem imperfeições aos mecanismos de mercado no curto prazo, concebem espaço para a prática de políticas de fomento à demanda por parte das autoridades econômicas. No longo prazo, o apelo dos seus praticantes é similar ao dos adeptos da “segunda síntese”, defendem o ajuste

---

(7) Algumas proposições podem ser reunidas para caracterizar o trabalho dos novo-keynesianos como: concorrência imperfeita, rigidez de preços e salários e rigidez real (fatores que provocam rigidez de preços relativos).

(8) Uma rigidez nominal ocorre se algo impede ajustes imediatos nos preços em decorrência de choques nominais. Uma rigidez real ocorre se algum fator impede os salários reais de se ajustarem ou se existe fricção de um salário relativo para outro, ou de um preço relativo para outro.

automático dos mercados e a existência de uma Curva de Phillips vertical. Ainda assim, não devem ser classificados como clássicos, estando mais para defensores do princípio da Demanda (Agregada), no sentido de que assumem a necessidade de intervenção do governo para ajustar desequilíbrios momentâneos e corrigir falhas de mercado. Segundo atesta o próprio Mankiw (2010) em um manual de economia de grande circulação, os mercados geralmente funcionam bem, embora algumas vezes os governos possam melhorar os resultados econômicos.

Em oposição à macroeconomia do *mainstream*, existem os chamados “pós-keynesianos”. Essa corrente se divide em pós-keynesianos neo-ricardianos e fundamentalistas<sup>9</sup>. Os primeiros, cujos seguidores mais proeminentes são Pierangelo Garegnani, John Eatwell e Murray Milgate, buscam inspiração na obra *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*, de Pierro Sraffa, e sua versão mais sofisticada da teoria do valor de Ricardo. Outro fundamento são os trabalhos microeconômicos inovadores de Bain, Sylos-Labini e Eichner sobre a teoria da firma, os quais permitem dotar a macroeconomia de microfundamentos radicalmente distintos dos neoclássicos (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005)<sup>10</sup>. Já os pós-keynesianos fundamentalistas, com destaque para Paul Davidson, Hyman Minsky e Jan Kregel, surgem no início dos anos 1970 como contraposição não somente aos monetaristas e novos clássicos, mas à própria síntese de Hicks e Samuelson. Essa vertente pressupõe três propriedades fundamentais sobre o mundo real: a não neutralidade da moeda, a incerteza sobre o futuro e noção de tempo histórico em oposição ao tempo lógico neoclássico. Pode-se dizer que pela perspectiva micro, os neo-ricardianos se aproximam dos clássicos por aderirem à teoria do valor trabalho de Sraffa, além de usarem o seu instrumental para enfatizar todas as imperfeições alocativas dos mercados; do ponto de vista macro, apontam para a existência de desemprego involuntário, em função dos desajustes entre poupança e investimentos. Enquanto isso, os fundamentalistas teriam uma abordagem micro mais próxima à de Marshall, afirmando as noções de rendimentos decrescentes e de concorrência pura (LAVOIE, 2014); no plano macro, seriam adeptos do Princípio da Demanda Efetiva, influenciados pela análise dos escritos de Keynes anteriores à Teoria Geral.

O Quadro 3 a seguir busca resumir a discussão sobre as escolas começando com a Revolução Keynesiana, episódio que funda os estudos nessa área com base na noção macro de Demanda Efetiva contraposta à visão consagrada da Lei de Say. Sob o ponto de vista micro, apesar de aceitar os diversos postu-

---

(9) Na perspectiva de Lavoie (2014), essa corrente englobaria quatro vertentes e não duas. São elas: fundamentalistas, robinsonianas (sraffianos ou neo-ricardianos), institucionalistas, kaleckianas e kaldorianas.

(10) Os pós-keynesianos fundamentalistas não estão de acordo com essa microfundamentação. Até mesmo porque os trabalhos citados partem da consideração de que existem estruturas de mercado. Numa verdadeira microeconômica clássica, as empresas operariam em regime de concorrência pura (não perfeita).

lados neoclássicos, Keynes desconsidera a influência desses sobre a determinação do produto em termos agregados. Em seguida, apresenta a “segunda síntese neoclássica”, cuja abordagem incorpora os pressupostos keynesianos ao modelo agregado clássico, fundindo-os ao mesmo tempo à microeconomia neoclássica (essa última, uma junção feita por Marshall das abordagens clássicas e marginalistas). Mostra também as correntes monetarista, novo-clássica e novo-keynesiana. Enquanto as duas primeiras têm abordagens macro semelhantes à corrente clássica, os novo-keynesianos aceitam alguns dos pressupostos keynesianos sobre a determinação do produto no agregado. Finalmente, são apresentadas duas correntes heterodoxas. A dos pós-keynesianos fundamentalistas e a dos pós-keynesianos neo-ricardianos. Os primeiros são adeptos das ideias originais de Keynes e críticos a qualquer tentativa de descaracterizá-las através da junção com as noções neoclássicas; os segundos são favoráveis à teoria do valor dos clássicos, ao incorporarem as contribuições de Piero Sraffa.

Quadro 3 – A evolução da macroeconomia entre perspectivas

CORRENTES MACROECONÔMICAS	PERSPECTIVA MICRO	PERSPECTIVA MACRO
Revolução Keynesiana	Sem perspectiva micro; ou neoclássica	Demanda (Efetiva)
Segunda Síntese Neoclássica (velhos keynesianos)	Neoclássica	Demanda (Agregada)
Monetaristas	Neoclássica	Clássica
Novo-clássicos	Neoclássica	Clássica
Novo-keynesianos	Neoclássica	Demanda (Agregada)
Pós-keynesianos (fundamentalistas e neo-ricardianos)	Sem perspectiva micro; ou clássica	Demanda (Efetiva)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em resumo, ao invés de buscar uma síntese das perspectivas, pondo fim às controvérsias na macroeconomia, nesta última seção esboçou-se uma tentativa de sistematizar, tal qual elaborado por Fonseca (1981 e 1996), comparando os aspectos coincidentes e contraditórios das várias teorias macroeconômicas.

#### 4. CONCLUSÃO

A macroeconomia moderna, como se pode observar, é um território propenso a problemas de classificação, com os historiadores das ideias tentando enquadrar ao mesmo tempo autores e correntes segundo pontos de vistas distintos.

Ainda que não seja possível estabelecer um corte transversal unindo distintas perspectivas, pode-se traçar, conforme sugerido por Fonseca (1981, 1996), pontos de aproximação e ao mesmo tempo problematizar a forma como são apresentadas as contribuições ao pensamento macroeconômico.

Foi constatado, por exemplo, que duas perspectivas nem sempre explicitadas são colididas para classificar as escolas macroeconômicas, a saber, a macro, de Keynes, e a convencional. Do ponto de vista macro, os defensores do uso de políticas econômicas governamentais proativas, denominados “keynesianos”, são contrapostos aos clássicos, defensores do automatismo do mercado e da economia *laissez-faire*. Do ponto de vista micro, boa parte daqueles considerados clássicos e keynesianos na definição macro, passa a receber a denominação de “neoclássicos”, por pretenderem estender os princípios de tomada de decisão individual à macroeconomia.

De modo mais específico, pode-se estabelecer que no plano macro os keynesianos da “segunda síntese neoclássica” não pertencem à Escola Clássica (definida por Keynes), mas são adeptos do Princípio da Demanda Efetiva, ainda que parcialmente e apenas enquanto advoguem a necessidade das políticas de administração da Demanda Agregada, ou gastos autônomos; no plano micro, junto com os novo-keynesianos, monetaristas e novo-clássicos, são defensores dos postulados de racionalidade, equilíbrio e ótimo econômico, por isso são neoclássicos. Os novo-clássicos constituem um caso interessante, pois sustentam tanto o entendimento de *market-clearing* instantâneo quanto o fato de o nível de renda agregada ser determinado pelas decisões de agentes racionais. No lado oposto ao das correntes dominantes, há a macroeconomia dos pós-keynesianos. Esta promove uma ruptura de fato com a tradição clássica (definida por Keynes) e neoclássica (definição convencional). O cerne das proposições dos pós-keynesianos fundamentalistas é o Princípio da Demanda Efetiva, ao mesmo tempo em que chamam a atenção para a incerteza, para a importância da moeda e para a consideração do tempo histórico na análise econômica. O dos pós-keynesianos neo-ricardianos é a adesão à teoria do valor dos clássicos (definição convencional), incorporando as contribuições de Sraffa. Essas duas correntes heterodoxas, contudo, ressentem de uma síntese unindo suas perspectivas.

## REFERÊNCIAS

BEAUD, M.; DOSTALER, G. *Economic Thought Since Keynes: a history and dictionary of major economists*. New York: Routledge, 1995.

DE VROEY, M.; DUARTE, P. G. In *Search of Lost Time: the neoclassical synthesis*. The

- B. E. **Journal of Macroeconomics**, v. 13, p. 1-31, 2013.
- DEANE, P. **A Evolução das Ideias Econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- FONSECA, P. C. D. Clássicos, neoclássicos e neokeynesianos: uma tentativa de sistematização. **Perspectiva Econômica**. Ano XVII, v. 11, n. 30, p. 35-64. São Leopoldo: UNISINOS, 1981.
- \_\_\_\_\_. A evolução da ciência econômica. In: SOUZA, N. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, p. 41-66, 1996.
- JEVONS, S. **A Teoria da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas), 1983.
- KEYNES, J. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas), 1983.
- LAVOIE, M. **Post Keynesian Economics: new foundations**. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2014.
- MANKIW, G. **Macroeconomia**. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- MARSHALL, A. **Principles of Economics**. Eighth edition. Londres: Macmillan, 1920.
- MENGER, K. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas), 1983.
- PHELPS, E. **Seven Schools of Macroeconomic Thought**. Clarendon Press: Oxford, 1990.
- ROBBINS, L. **A History of Economic Thought**. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- ROBINSON, J. **Economic Heresies: some old-fashioned questions in economic theory**. London: Macmillan, 1970.
- ROBINSON, J.; EATWELL, J. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978.
- SAMUELSON, P. **Economics**. Third edition. New York: McGraw-Hill, 1955.
- SCHUMPETER, J. A. **Teorias econômicas: de Marx a Keynes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. **An Outline of the History of Economic Thought**. Second edition. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- SNOWDON, B.; VANE, H. **A Modern Macroeconomics**. Its origins, development and current state. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.